

Crise metropolitana e conversão religiosa

Marcelo Neri

Centro de Políticas Sociais do IBRE e da EPGE

Luisa Carvalhaes e Samanta Sacramento

Centro de Políticas Sociais do IBRE

A análise da evolução do conjunto de variáveis socioeconômicas dos últimos Censos Demográficos, aí incluindo casamentos, fertilidade, ocupação, renda, acesso a bens, entre muitas outras, revelam que poucas mudaram tanto durante a década de 1990 quanto as que se referem à composição religiosa da população brasileira. A taxa de participação dos católicos no país, que já vinha caindo desde os primeiros registros censitários brasileiros de 1872, passa a declinar a taxas aceleradas nos anos de 1990 — mais de um ponto percentual por ano —, reduzindo-se de 83,3%, em 1991, para 73,89% em 2000.

O contexto de estagnação econômica das chamadas duas décadas perdidas de 1980 e 1990, em particular na periferia das grandes cidades marcadas pelas crescentes taxas de desemprego, de precarização do trabalho, de favelização e de homicídios, podem explicar, em parte, esse processo. Os dados de composição religiosa demonstram que a velha pobreza brasileira (áreas rurais do Nordeste mais assistida por programas sociais) continua católica, enquanto a nova pobreza (periferia das grandes cidades mais desassistidas) estaria migrando para as novas igrejas pentecostais e para os chamados segmentos sem-religião.

Investigamos aqui em detalhe a associação entre a deterioração de variáveis socioeconômicas associadas à chamada crise metropolitana e a marcada conversão de crenças observada. Argumentamos que esta análise permite de maneira objetiva fazer uma leitura de temas qualitativos da realidade brasileira de difícil observação. Neste sentido, a variável religião seria um termômetro de transformações mais amplas em operação na sociedade brasileira e global. O entendimento de fenômenos diversos, que colocam mais dúvidas que certezas, como as recentes revoltas nas periferias francesas, o terrorismo religioso do tipo Al Qaeda, a conversão ao islamismo por negros nas prisões americanas, o crescimento desordenado em metrópoles chinesas e sul-africanas — chamadas por muitos de brazilinização — e a crescente evangelização em países da América Latina, podem se beneficiar de abordagem semelhante.

Cidades e crenças — Dados gerados a partir do último Censo Demográfico, revelam os tons do *dégradé* religioso mudando à medida que caminhamos em direção às cidades de maior porte. Consideramos as áreas rurais, cidades pequenas (até 20 mil habitantes), médias (de 20 mil a 100 mil habitantes), grandes (acima de 100 mil, mas não metropolitanas), capitais metropolitanas e periferia metropolitana. A presença católica cai monotonicamente nestas categorias, indo de 84,26% nas áreas rurais a 65,19% nas periferias. Em contrapartida, os chamados sem-religião aumentam também monotonicamente de 4,71%



para 10,14% entre estes extremos. Evolução similar ocorre para os pentecostais, cuja participação aumenta, neste caso monotonicamente, mas não de maneira estrita, de 7,17% nas áreas rurais para 15,08% na periferia metropolitana.

Quando abrimos as áreas rurais pelo grau de isolamento geográfico, notamos que as fora de aglomerados, ou seja, as isoladas, são mais católicas (84,26%), menos atéias (4,56%) e pentecostais (7,14%) que todas as demais categorias, sejam rurais ou urbanas. Esta evidência é consistente com a idéia de que a religiosidade e o catolicismo vicejam no campo. Abrindo o tipo de moradia urbana vemos uma clara sobre-representação dos chamados aglomerados subnormais, correspondentes às áreas de piores condições de moradia, como favelas, cortiços, mocambos, etc., onde a presença de pentecostais e dos sem-religião é notável: 16,93% e 13,14%, respectivamente.

A migração no Brasil contribui para o inchaço da periferia metropolitana e está de forma consistente identificada com pentecostais e os sem-religião. Os imigrantes são menos religiosos do que os nativos, e os que estão há menos tempo no estado ou município são mais religiosos que aqueles que migraram há mais tempo. Dos que residem há menos de um ano no município, 8,32% não têm religião contra 6,8% dos que estão há mais de dez anos, e 7,37% dos nativos. Os nativos são mais adeptos do catolicismo (74,58%) e este percentual cai monotonicamente à medida que nos aproximamos gradativamente a menores períodos de permanência no país, estado ou no município. A taxa de participação dos evangélicos pentecostais entre os migrantes é 13,8% para diferentes períodos desde a imigração, contra 10,49% dos nativos.

Um mérito de nossa pesquisa é estender as análises representativas em termos nacionais dos dados do Censo Demográfico a 2003, usando para isso dados religiosos até então inexplorados advindos da última POF do IBGE. Analisamos a influência nas escolhas religiosas do tamanho de cidade, aí entendida como a divisão entre capitais, periferia, áreas urbanas não-metropolitanas e áreas rurais, dadas a crise econômica vivida nas grandes cidades brasileiras, e em particular nas periferias metropolitanas. A maior presença católica se dá nas áreas com menor densidade demográfica (leia-se cidades não-metropolitanas), com 76,33%, e nas áreas rurais, com 83,47%. Esta distribuição coincide com a da maior adesão à religião em geral: a proporção dos sem-religião é de 4,05% nas cidades não-metropolitanas e 2,83% nas áreas rurais. A penetração de grupos pentecostais, do protestantismo tradicional e das demais religiões é menor nestas áreas mais isoladas e com menor concentração de pessoas, características essas que dificultam a formação de infra-estrutura de redes religiosas.

Os municípios das capitais apresentam uma não-religiosidade similar ao das periferias metropolitanas: 7,67% e 7,68%, respectivamente, mas uma composição religiosa bastante distinta, com os católicos representando 67,47% e 62,93%. A menor adesão ao catolicismo se deve à maior presença dos evangélicos pentecostais e tradicionais, respectivamente, com 17,45% e 7,57% nas periferias contra 12,81% e 6,73% nas capitais. Outras religiões alternativas são mais presentes nas capitais. O aumento da presença de evangélicos pentecostais e dos sem-religião na periferia das grandes metrópoles são os principais pontos a serem notados no período recente.

Violência — Apresentamos evidências sobre a relação entre tendências referentes às novas opções religiosas — dentre as quais merecem destaque o aumento dos pentecostais e a redução dos sem-religião — e aspectos da chamada crise metropolitana — violência, precariedade de acesso aos serviços públicos, favelização, desemprego e informalidade, entre outras. Esta análise pode ser vista como um passo transcendendo variáveis geográficas genéricas em direção ao estudo da relação entre condições materiais e psicossociais e a religiosidade.

A forte presença de grupos pentecostais (15,1%) e sem-religião (6,88%) em áreas marcadas pela percepção de problemas de violência vis-à-vis áreas de moradia

sem percepção de problemas de violência local, onde estas taxas são respectivamente 11,39% e 4,45%, é notável. A pergunta em questão é se “existem problemas de violência na sua área”, que admite resposta sim ou não. Realizamos experimentos controlados por características individuais como gênero/maternidade, idade, educação, cor, posição na família, tamanho de cidade e unidade da federação das pessoas. Estes dados controlados são consistentes com a idéia que os sem-religião e os pentecostais estão concentrados em áreas mais violentas, e isso não se deve a diferenças nas categorias sociodemográficas supracitadas usadas no experimento. Notamos que entre os principais ramos religiosos, o ranking de chances de ter problema comparado a não ter é 1 para os sem-religião, 0,97 para os pentecostais e 0,74 para os católicos. Ou seja, as chances de pentecostais apresentarem mais percepção de violência é 3% menor que a dos sem-religião, mas 26% maior que a dos católicos.

Todas estas diferenças são estatisticamente significativas. Quando comparamos, por exemplo, a situação de um homem branco de 20 a 29 anos que ocupa a posição de filho na família e mora na grande São Paulo, sem-religião, a chance dele apontar problemas de violência em sua área é de 20,74%, enquanto para um evangélico pentecostal com as demais características iguais essa chance é de 20,26%, e para um católico com os mesmos atributos a probabili-

A taxa de participação dos católicos no país, que já vinha caindo desde 1872, passa a declinar a taxas aceleradas nos anos de 1990

dade de uma resposta sim seria de 16,3%. Este exercício demonstra que o grau de exposição aos problemas derivados da crise metropolitana é superior no caso dos sem-religião e dos pentecostais. Devemos ressaltar, entretanto, que este exercício não permite captar relação de causalidade explícita entre esses eventos, somente a existência de correlação entre eles. Uma conjectura é que o aumento dos dois grupos religiosos nos últimos 15 anos pode ser uma consequência da crise metropolitana do mesmo período quando a violência se apresenta talvez como a parte mais visível da mesma.

A POF 2003 apresenta ainda a possibilidade de se captar avaliações subjetivas e qualitativas de condições de moradia e de acesso a serviços públicos por parte dos moradores. Começando com a composição religiosa de habitantes de moradias situadas em áreas superpovoadas e caóticas, verificamos uma baixa presença católica relativa e alta presença pentecostal e dos sem-religião nestas áreas. O que esses indicadores revelam de maneira bastante robusta é que nas estatísticas ligadas à baixa qualidade de vida percebida através de elementos ligados à aglomeração urbana, como vizinhos barulhentos, problemas ambientais e pouco espaço nas casas, estão mais associados aos sem-religião e aos pentecostais, que se encontram super-representados nestas estatísticas, com uma correspondente sub-representação dos católicos e de protestantes tradicionais.

Efeito semelhante de religião em deseconomias urbanas se dá nas variáveis relativas à percepção de qualidade de moradia, a começar pela avaliação geral dessas condições. Outras variáveis de precariedade percebida nos aspectos privados das moradias, tais como proporção de pessoas morando em casas com telhados com goteiras, em casas com problemas de umidade ou em casas escuras, apontam para a mesma direção: super-representação de pentecostais e ateus e sub-representação de católicos e protestantes. A única exceção é a presença de madeiras deterioradas, que atinge mais a católicos e menos a evangélicos pentecostais, o que nos parece estar relacionado mais à pobreza rural, que, como vimos, é mais católica do que pentecostal.

Estado ausente — Uma parte relevante das condições e das percepções de qualidade de vida se dá na relação das pessoas de diferentes crenças com serviços públicos prestados diretamente pelo Estado, ou daqueles privatizados. Neste aspecto cabe notar que os católicos estão sobre-representados entre os que não têm acesso a esses serviços, enquanto os evangélicos se associam a uma percepção de acesso de baixa qualidade. A percepção de falta de obtenção de energia elétrica em casa ou de iluminação pública na rua, drenagem e escoamento de esgoto, coleta de lixo e serviço de água associada à resposta dos católicos parece estar associado ao viés rural do catolicismo, enquanto as avaliações das condições de acesso destes mesmos serviços como ruins, e não como bons ou satisfatórios, parece estar mais ligada, no caso dos pentecostais e aos sem-religião, à pobreza dos grandes centros urbanos.

Em suma, o contexto de estagnação econômica das chamadas décadas perdidas de 80 e 90 do século passado, es-

Economia das Religiões

O sítio www.fgv.br/cps/pesquisas/religoes lançado com a pesquisa Economia das Religiões disponibiliza o mais completo banco de dados da internet sobre o tema religião no Brasil. A filosofia da pesquisa é dupla: por um lado, começar a testar empiricamente teses das relações entre economia e religião, e por outro, que o usuário olhe para dados da realidade das religiões desde uma perspectiva própria. Isto significa permitir a cada um traçar o seu próprio roteiro de análise, ou que busque aprofundar questões de pontos abordados no nosso roteiro.

Em termos substantivos, a pesquisa aplica ao contexto brasileiro recente análises inspiradas no trabalho seminal de Max Weber: "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", que aborda as correlações entre crenças e mobilidade social através de variáveis como escolhas ocupacionais (empreendedorismo e divisão do trabalho), financeiras (acumulação de capital e crédito) e educacionais (busca de níveis de ensino mais altos).

A pesquisa aprofunda outros aspectos da relação entre religião e economia, identificando também aspectos de oferta de religião associados às transformações recentes como a substituição do Estado por algumas denominações religiosas na sua função clássica de prover serviços sociais e de arrecadar impostos. A pesquisa quantifica a partir de pesquisas de orçamentos familiares a cobrança de dízimo e doações para as igrejas em geral em 5,1 bilhões ano, identificando forte regressividade e maior dificuldade dos dizimistas de pagar impostos e contas privadas. Além disso, examina a microeconomia da oferta de pessoas exercendo ofícios de natureza religiosa, dada a estrutura de incentivos de cada tipo de instituição religiosa. Hoje, haveria 17,9 vezes mais pastores evangélicos por fiel do que de padres por católicos.

pecialmente a última, teria a busca de novas modalidades de inserção econômica e religiosa para lidar com as dificuldades de vida percebidas. A abordagem consiste em relacionar a demanda por novas opções religiosas a choques econômicos e sociais adversos, como as chamadas crises metropolitanas e de desemprego, violência, favelização, informalidade, entre outras. Neste caso identifica a emergência de grupos pentecostais e dos sem-religião entre os grupos perdedores.

Quando comparamos, por exemplo, pessoas em condições similares (geografia, sexo, idade etc.) àquelas sujeitas a maior percepção de caos urbano tem maior chance de gravitar para fora da órbita católica indo em direção aos chamados sem-religião e aos evangélicos pentecostais, que se encontram super-representados nas estatísticas religiosas das periferias e de áreas. O ponto fundamental é que quando olhamos pessoas em condições observáveis semelhantes nas mesmas áreas geográficas, mas com diferenças de vivências em relação à experiência de choques adversos, aquelas mais afetadas tendem a buscar a mudança para fora do *status quo* católico em direção aos extremos do espectro religioso. ▀